

- ✓ Do Ano 8 ao Ano 15 os "Custos" seguem a lógica da "Receita Bruta" e com isso ficam nos mesmos patamares do Ano 7.

d) Projeções das Despesas Operacionais

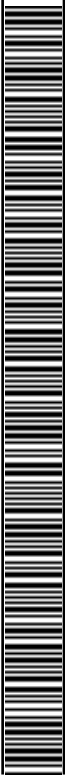
Para as "Despesas Operacionais", projetamos realizando a dicotomia entre o que julgamos de "Custos Variáveis" (comissões) e "Custos Fixos" (despesas correntes), o que para efeitos de projeções a longo prazo, reservam tratativas diferentes para a atualização dos valores.

- ✓ Para o Ano 1 a projeção foi feita com base em valores projetados para o ano de 2017, onde os "Custos Fixos" representam 33% (trinta e três por cento) enquanto que os "Custos Variáveis" representam 11,36% (onze vírgula trinta e seis por cento);
- ✓ Do Ano 2 ao Ano 7 sobre os "Custos Fixos" projetados para o primeiro ano, incidirá uma correção de 4,50% (quatro e meio por cento), enquanto que os "Custos Variáveis" vão se alterar seguindo a metodologia da "Receita Bruta";
- ✓ Do Ano 8 ao Ano 15 as Despesas não se alteram por conta do exposto na metodologia da "Receita Bruta".

e) Projeção das Despesas Administrativas

As "Despesas Administrativas", seguem a metodologia utilizada para a projeção dos "Custos Fixos" após o Ano 1, o que implica dizer:

- ✓ No Ano 1, a projeção está pautada já considerando diversos fatores de readequação interna que a B. D. Vest espera realizar durante o período, ocupando na projeção de 11,88% (onze vírgula oitenta e oito por cento) do faturamento;



- ✓ Do Ano 2 ao Ano 7 sobre os valores projetados a título de "Despesas Administrativas", incidirá uma correção de 4,50% (quatro e meio por cento);
- ✓ Do Ano 8 ao Ano 15 os valores ficaram estagnados pelas razões já expostas no item da "Receita Bruta".

f) Projeções das Despesas Financeiras

No que tange as "Despesas Financeiras", foi considerado a média esperada que a B. D. Vest irá operar com diversas modalidades de crédito, como desconto de duplicatas e principalmente a contratação de operações de crédito para o "fomento". Assim nas projeções do Ano 1 ao Ano 7 foi provisionado a utilização de 7% (sete por cento) da "Receita Bruta".

Já no que tange dos Anos 8 ao 15, a projeção segue a lógica já mencionada da "Receita Bruta" e com isso os valores não apresentam evolução no período.

5.8.2. Do Fluxo de Caixa Projetado

A base para projeção do Fluxo de Caixa Projetado é o resultado líquido (lucro) apurado no Demonstrativo de Resultado Projetado, sendo este para efeito de caixa (disponibilidades).

Após apresentarmos o valor referente as "Entradas" que representa o "Saldo Operacional" apurado no Demonstrativo de Resultado Projetado, bem como "Empréstimos – Fomento" que representam as entradas de recurso das Instituições Financeiras.

Já as saídas de "caixa", estão os valores devidos a título de tributos Estaduais e Federais (parcelamentos em andamentos e valores a parcelar), "Investimentos" (principalmente nas lojas) e também a "Amortização – Fomento" os quais não entram como créditos sujeitos a recuperação judicial.



Após realizado os devidos ajustes ao resultado projetado, antes de considerar o pagamento aos Credores inscritos na recuperação judicial, é abatido dos valores de caixa os pagamentos referentes aos seguintes compromissos:

- a) A estimativa de valores para pagamento dos débitos relativos aos tributos federais, os quais estão projetados considerando o parcelamento vigente em Lei;
- b) O pagamento dos tributos estaduais com posteriores parcelamentos em que a B. D. Vest planeja estar aderindo para amortização dos débitos;

As projeções para os pagamentos aos Credores da recuperação judicial, com exceção dos créditos trabalhistas, constam no fluxo de caixa projetado a partir do Ano 2, considerando que os 23 primeiros meses, a contar do mês que houver o trânsito em julgado da decisão que homologar a Assembleia Geral de Credores, estão contemplados pelo período de carência.

Destacamos, ainda, que os valores referentes ao pagamento das parcelas dos créditos inscritos na recuperação judicial estão projetados no fluxo de caixa considerando o deságio, correção monetária e taxa de juros, conforme descrito nas letras "c", "d" e "e" do item 5.7 deste Plano de Recuperação Judicial.

6. DA ADMINISTRAÇÃO

6.1. Continuidade das Atividades

A B. D. Vest estará sujeita a determinadas limitações impostas no Plano de Recuperação Judicial, mas ainda tem o direito de desenvolver suas atividades e de realizar todos os atos consistentes com seu objeto social, bem como nomear e destituir administrador, gerente ou qualquer outro cargo de administração, podendo realizar quaisquer alterações de seu Contrato Social, esse último respeitando a prestação de informações ao Juízo do processo de Recuperação Judicial.



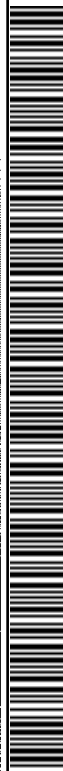
6.2. Fomento Ligado a Atividade da Empresa

A B. D. Vest poderá desenvolver atividades de fomento, por meio de adiantamento de valores a seus fornecedores de bens e serviços, visando a garantia de fornecimento de insumos e serviços.

6.3. Da Obtenção de Recursos

A B. D. Vest ainda poderá obter uma ou mais linhas de empréstimos e financiamentos, com o objetivo de desenvolver suas atividades, e poderá constituir garantias reais e/ou fiduciárias sobre seus bens, desde que não afete ou prejudique as garantias reais ou fiduciárias já constituídas ou que venham a ser constituídas em razão e nos termos deste Plano, ou que tiverem sido mantidas a qualquer Credor nos termos deste Plano, sempre com o objetivo de garantir o pagamento de tais empréstimos e financiamentos.

Esclarecendo, ainda, que a Administração da B. D. Vest está, e estará empenhada em recuperar o seu junto ao mercado (Instituições Financeiras, Fornecedores e Outros).



PARTE III – PAGAMENTO DOS CREDORES

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Novação dos Créditos

O Plano de Recuperação Judicial aqui proposto pela B. D. Vest obriga a todos os Credores sujeitos a este Plano, sem prejuízo das garantias já constituídas, observado o disposto no Artigo 59 da Lei nº 11.101/2005, a renovar todos os seus Créditos a fim de contribuir para que a B. D. Vest supere a sua crise econômico-financeira.

Desta forma os Credores, inscritos na recuperação judicial, assim que aprovarem este Plano de Recuperação Judicial na Assembleia Geral de Credores ou sendo este Plano aprovado por determinação (decisão) judicial, se comprometem:

- a) A não reclamar quaisquer direitos de compensação contra quaisquer créditos devidos à B. D. Vest com seus créditos inscritos na recuperação judicial;
- b) Abster-se de efetuar protestos junto aos cartórios ou apontamentos junto aos órgãos de proteção ao crédito, tanto do devedor principal (B. D. Vest), seus sócios e garantidores;
- c) Nos casos em que possuir títulos de terceiros em garantia (cheques e duplicatas) em favor da B. D. Vest, abster-se de efetuar protestos junto aos cartórios ou apontamentos junto aos órgãos de proteção ao crédito, destes terceiros;
- d) Deverá abster-se de efetuar protestos junto aos cartórios ou apontamentos junto aos órgãos de proteção ao crédito dos títulos (Cheques, duplicatas e Promissórias, Confissões de Dividas e outras formas existentes) emitidos pela própria B. D. Vest;

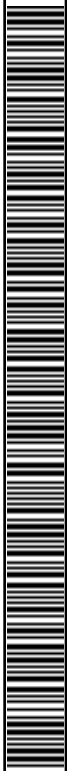


- e) Retirar do protesto junto aos cartórios e retirar os apontamentos existentes junto aos órgãos de proteção ao crédito, tanto do devedor principal (B. D. Vest), seus sócios e garantidores, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da Assembleia de Credores que aprovar o plano de recuperação ou da decisão judicial que reverter eventual Assembleia que não aprove o referido plano;
- f) Nos casos em que possuir títulos de terceiros em garantia (cheques e duplicatas) da B. D. Vest, retirar os protestos junto aos cartórios e retirar os apontamentos junto aos órgãos de proteção ao crédito, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da Assembleia de Credores que aprovar o plano de recuperação ou decisão judicial que reverter eventual Assembleia que não aprove o referido plano;
- g) Deverá retirar os protestos junto aos cartórios ou apontamentos junto aos órgãos de proteção ao crédito dos títulos (Cheques, duplicatas e Promissórias, Confissões de Dívidas e outras formas existentes) emitidos pela própria B. D. Vest;

O não cumprimento deste item por parte do Credor deste Plano dará a B. D. Vest o direito de buscar administrativamente ou judicialmente a reparação por danos.

Os Créditos aqui dispostos neste Plano deverão ser pagos na forma e no prazo, ressalvado as condições de cada Classe, salvo se o Credor concordar com um tratamento menos favorável para o recebimento de seu respectivo Crédito.

A aprovação do referido Plano implicará na liberação dos terceiros e garantidores a quaisquer títulos conforme dispõe o Código Civil em seus artigos 364 e 366.



7.2. Meios de Pagamentos

Os valores devidos aos Credores, nos termos deste Plano, serão pagos preferencialmente por meio de transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo credor, por meio de documento de ordem de crédito (DOC), ou de transferência eletrônica disponível (TED), ou depósito em conta, ou recebimento em carteira.

Os Credores devem informar à B. D. Vest suas respectivas contas bancárias para fins de recebimento, até o prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da Homologação Judicial do Plano de Recuperação Judicial. Os pagamentos que não forem realizados, em virtude de o Credor não ter informado sua conta bancária, não serão enquadrados no conceito de descumprimento do Plano de Recuperação Judicial ou, até mesmo, de descumprimento de ato vinculado ao processo de recuperação judicial do qual a B. D. Vest está submetida.

Portanto, a indicação do Banco e da conta corrente que receberá o pagamento do crédito, inscrito na recuperação judicial, é de responsabilidade do Credor.

Não haverá a possibilidade de incidência de qualquer multa, juros ou encargos moratórios, para os casos em que o pagamento deixar de ocorrer em virtude do Credor não ter informado ou, até mesmo, informar de maneira errada o Banco e a conta corrente para realização dos pagamentos por parte da B. D. Vest.

Os Créditos Trabalhistas inscritos neste Plano, quando transitados em julgado pela Justiça do Trabalho, deverão ser depositados no juízo de origem, enquanto que valores devidos ao Fundo de Garantia (FGTS) deverão ser depositados nas respectivas contas.

7.3. Valor dos Créditos

Os valores dos créditos considerados para elaboração deste plano são os que constam na lista de Credores (Anexa a este Plano), a qual ainda está em



fase de verificação e confirmação por parte do Administrador Judicial, segundo o Artigo 7º da Lei nº 11.101/2005.

Portanto, a Lista de Credores (Anexa a este Plano) poderá sofrer mudanças quanto a Credores e valores, conforme dispõe o § 1º do Artigo 7º da Lei nº 11.101/2005 e o texto normativo do artigo 55 da mesma Lei.

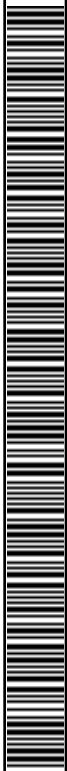
Nesse caso, se ocorrer mudanças na lista de Credores (Anexa a este Plano), desde que essa mudança seja definitiva, ou seja, esgotadas todas as fases de impugnação de valores, a lista de Credores que passa a fazer parte deste plano de recuperação é aquela que for gerada em definitivo pelo Administrador Judicial.

Sobre os créditos inscritos no Plano de Recuperação Judicial, incidirá sobre o valor da parcela a ser paga, após aplicado o deságio de 60% (sessenta por cento):

- a) Correção monetária: Sobre o valor da parcela a ser paga será aplicada, antes dos juros simples (item "d" acima), correção monetária com base na Taxa Referencial – TR mensal, acumulada do mês que deu início ao prazo de carência até a data do pagamento
- b) Taxa de juros remuneratória: 2% a.a. (dois por cento ao ano), juros simples, equivalente a 0,166% a.m. (zero vírgula cento e sessenta e seis por cento ao mês), o qual será aplicado após a correção monetária descrita acima, a contar do início do prazo de carência, e incidirá sobre o valor da parcela a ser paga.

7.4. Regras de Distribuição

Os Credores pertencentes a seu grupo serão pagos todos de maneira equitativa, de modo a não beneficiar qualquer credor dentro do mesmo grupo.



7.5. Revisão da Distribuição e Alocação dos Valores

É válido ressaltar que a projeção do pagamento dos Créditos que estão sendo apresentados no Fluxo de Caixa projetado para este Plano, é com base em valores constantes na Lista de Credores da empresa, quaisquer alterações que possam ocorrer posteriormente com a publicação da Lista oficial de Credores confeccionada pelo Administrador Judicial, poderá acarretar em alteração de percentuais do pagamento no valor total que será distribuído entre Credores de cada grupo.

Em nenhuma das circunstâncias haverá a majoração: (I) do fluxo de pagamento; e (II) do valor total a ser distribuído entre os Credores a cada período, salvo nos casos em que o credor estiver habilitado como Credor Parceiro nos termos de aditivo que possa constar a este Plano ou o Credor participar do Leilão Reverso.

7.6. Créditos Novos que Podem Aderir ao Plano

Os Credores que aderirem posteriormente ao Plano de Recuperação Judicial não terão direito as distribuições que já estiverem sido efetuadas anteriormente ao seu ingresso como Credor.

Aderindo as duas condições supracitados o Credor terá o direito de adequar seu débito junto ao Plano, ficando este sujeito: A carência, ao prazo, as condições e a forma de pagamento definida nesse Plano de Recuperação Judicial.

7.7. Créditos com Fatos Geradores Anteriores ao Protocolo da Recuperação Judicial

Os Créditos que atualmente estão sendo demandados através de medida judicial ou administrativa, mais ainda se encontram em fase de conhecimento, ou que venham a ser objeto de demanda judicial ou administrativa futuras, porém que tenham seus fatos geradores, totais ou parciais, até a data do protocolo do



pedido de recuperação judicial, devem obrigatoriamente se subordinar ao presente plano, e serão pagos nas condições deste.

Assim o credor, após o trânsito em julgado do processo judicial ou administrativo, irá receber seu respectivo crédito obedecendo todas as condições deste plano (deságio, carência, ao prazo, as condições e a forma de pagamento definida), na respectiva classe que for enquadrado.

A presente condição, além de se aplicar as demandas cíveis e trabalhistas, também se aplica a toda e qualquer demanda ou sanção sujeita a Recuperação Judicial.

Se no momento do trânsito em julgado do referido processo já houver sido iniciado os pagamentos, a totalidade do crédito será dividida (fatos geradores antes do protocolo da Recuperação Judicial), pelo prazo remanescente da referida classe em que se enquadrar, sendo que a primeira parcela terá vencimento no primeiro pagamento posterior à habilitação do crédito, conforme cronograma deste plano.

Caso tenha se passado mais da metade do prazo para pagamento da referida classe, o prazo mínimo para pagamento do respectivo crédito será de 120 (cento e vinte) meses.

O credor enquadrado na hipótese descrita nesta cláusula 7.7, deverá habilitar seu crédito junto a Recuperanda em até 30 (trinta) dias, contados do trânsito em julgado da respectiva ação, devidamente líquido e certo.

7.8. Da Observância aos Limites Fixados para os Pagamentos

Os Credores aderentes a este Plano de Recuperação Judicial, em condições normais as previstas, em nenhuma ocasião receberão valores acima do que está pactuado, salvo em ocasiões especiais previstas nesse Plano tal como: Leilão Reverso ou que se faça constar em eventual aditivo a este Plano,



aditivo este que poderá ser proposto tanto pela B. D. Vest quanto por Credores da recuperação judicial.

7.9. Da Possibilidade de Compensação

Como forma de pagamento a B. D. Vest poderá se utilizar da compensação, quando identificado a possibilidade de utilizar tal instituto, desde que isso não acarrete prejuízo as partes e desde que se trate de créditos líquidos, certos e exigíveis. Ainda, é importante ressaltar que se a B. D. Vest não fizer referida compensação, isso não acarretará em renúncia ou liberação por parte da mesma de quaisquer créditos que possa ter contra os Credores que compõem o processo de recuperação judicial.

7.10. Forma e dia fixado para Pagamento aos Credores

Quanto à forma e do dia fixado para pagamento dos Credores, estes constam do item 8 (Do Pagamento aos Credores) deste Plano de Recuperação Judicial.

7.11. Extinção do Débito Mediante Quitação

Ocorrendo todos os pagamentos, ressalvados os determinados prazos para efetua-los conforme disposto para cada grupo de Credores, estará a B. D. Vest livre de tais obrigações, visto que se trata de quitação plena, irrevogável e irretratável.

Sendo quitados os débitos inseridos nesse Plano de Recuperação Judicial, não mais poderão reclamar os Credores, pois estará a B. D. Vest desobrigada quanto a quaisquer responsabilidades quanto a tais débitos.

O pagamento dos Créditos Trabalhistas nos termos previstos neste Plano exonera a B. D. Vest de qualquer das obrigações decorrentes de contratos de trabalho, da Legislação Trabalhista e de acordos trabalhistas firmados com o sindicato e o Ministério do Trabalho.



8. DO PAGAMENTO AOS CREDITORES

8.1. Classe I - Trabalhista

Os Créditos Trabalhistas que já tenham sentença transitada em julgado, e inscritas nesse Plano de Recuperação Judicial, deverão ser pagos dentro do prazo de 1 (um) ano, após o trânsito em julgado que homologar a decisão da Assembleia Geral de Credores que aprovou o Plano de Recuperação Judicial, conforme explicitado no Artigo 54 da Lei de Recuperação Judicial.

O pagamento aos Credores da Classe I (Trabalhistas), respeitado o período de 1 (um) ano mencionado acima, terá início no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente em que houver o trânsito em julgado que homologar a decisão da Assembleia Geral de Credores que aprovou o Plano de Recuperação Judicial ou, em não sendo aprovado o referido Plano pela Assembleia Geral de Credores quando houver o trânsito em julgado da decisão Judicial que determinar o processamento do Plano de Recuperação Judicial.

O pagamento ocorrerá em 12 (doze) parcelas, uma parcela a cada mês, podendo ocorrer o pagamento de mais de uma parcela dentro de um mês visando respeitar o prazo máximo de 1 (um) ano para quitação de todo débito com os Credores Trabalhistas.

No caso do dia estipulado para pagamento for feriado ou final de semana (sábado e domingo), fica a B. D. Vest obrigada a proceder com o pagamento no primeiro dia útil subsequente.

Posteriores créditos trabalhistas que forem postulados em juízo, cuja a origem da demanda seja período anterior ao deferimento da Recuperação Judicial, e que tenham suas respectivas sentenças transitadas em julgado, dando direito a recebimento de créditos desta natureza, deverão ser pagos também dentro do prazo de 1 (um) ano após a sentença.

Tendo em vista o curto prazo legal concedido para pagamento dos Credores Trabalhistas, esse Plano não estipula ou prevê a aplicação de correção monetária ou, até mesmo, de juros sobre os créditos de ordem trabalhista.



8.2. Classe III - Quirografários

Os Créditos presentes neste Plano de Recuperação Judicial, em que estejam na classe III - Quirografários, terão os seus pagamentos realizados dentro das seguintes condições:

- a) O prazo para pagamento desses Credores será de 15 (quinze) anos ou 180 (cento e oitenta) meses, considerando e respeitando o período de 23 (vinte e três) meses de carência;
- b) O valor do crédito, para fins de pagamento, será dividido em 157 (cento e cinquenta e sete) parcelas, ou seja, estão previstos pagamentos mensais;
- c) Sobre o valor de cada parcela (crédito), no ato do seu pagamento, será aplicado separadamente o deságio e, posteriormente, a correção monetária e os juros simples, sendo nessa ordem:
 - Deságio de 60% (sessenta por cento), a ser aplicado sobre o valor da parcela no momento de seu pagamento; e
 - Após a aplicação do deságio a parcela sofrerá correção monetária com base na Taxa Referencial – TR mensal, acumulada do mês que deu início ao prazo de carência até a data do pagamento da parcela; e
 - Após a aplicação da correção monetária, será aplicada sobre a parcela corrigida os juros simples de 2% a.a. (dois por cento ao ano), equivalente a 0,166% a.m. (zero vírgula cento e sessenta e seis por cento ao mês). Observando que, os juros irão incidir sobre a parcela a ser paga a partir do mês de início do prazo de carência.

Considerando o disposto na letra "b" acima, em que o valor do crédito dos Credores Quirografários, para fins de pagamento, será dividido em 157 (cento e cinquenta e sete) parcelas, fica fixado nesse Plano de Recuperação Judicial que o vencimento de cada parcela, dentro de cada ano, será nos dias 25 de cada



mês, respeitado, porém, o prazo e período de carência para início dos pagamentos.

O período de carência mencionado acima, terá início no mês, inclusive, em que houver o trânsito em julgado que homologar a decisão, da Assembleia Geral de Credores, de aprovar o Plano de Recuperação Judicial ou, em não sendo aprovado o referido Plano pela Assembleia Geral de Credores, quando houver o trânsito em julgado da decisão Judicial que determinar o processamento do Plano de Recuperação Judicial;

No caso do dia estipulado para pagamento for feriado ou final de semana (sábado e domingo), fica a B. D. Vest obrigada a proceder com o pagamento no primeiro dia útil subsequente.

8.3. Classe IV – ME e EPP

Os Créditos presentes neste Plano de Recuperação Judicial, em que estejam na classe IV – ME e EPP, terão os seus pagamentos realizados dentro das seguintes condições:

- a) O prazo para pagamento desses Credores será de 15 (quinze) anos ou 180 (cento e oitenta) meses, considerando e respeitando o período de 23 (vinte e três) meses de carência;
- b) O valor do crédito, para fins de pagamento, será dividido em 157 (cento e cinquenta e sete) parcelas, ou seja, estão previstos pagamentos mensais;
- c) Sobre o valor de cada parcela (crédito), no ato do seu pagamento, será aplicado separadamente o deságio e, posteriormente, a correção monetária e os juros simples, sendo nessa ordem:
 - Deságio de 60% (sessenta por cento), a ser aplicado sobre o valor da parcela no momento de seu pagamento; e

- Após a aplicação do deságio a parcela sofrerá correção monetária com base na Taxa Referencial – TR mensal, acumulada do mês que deu início ao prazo de carência até a data do pagamento da parcela; e
- Após a aplicação da correção monetária, será aplicada sobre a parcela corrigida os juros simples de 2% a.a. (dois por cento ao ano), equivalente a 0,166% a.m. (zero vírgula cento e sessenta e seis por cento ao mês). Observando que, os juros irão incidir sobre a parcela a ser paga a partir do mês de início do prazo de carência.

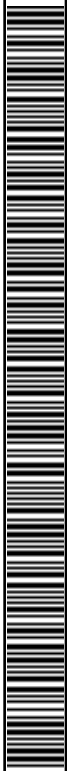
Considerando o disposto na letra “b” acima, em que o valor do crédito dos Credores ME e EPP, para fins de pagamento, será dividido em 157 (cento e cinquenta e sete) parcelas, fica fixado nesse Plano de Recuperação Judicial que o vencimento de cada parcela, dentro de cada ano, será sempre nos dias 25 de cada mês, respeitado, porém, o prazo e período de carência para início dos pagamentos.

O período de carência mencionado acima, terá início no mês, inclusive, em que houver o trânsito em julgado que homologar a decisão, da Assembleia Geral de Credores, de aprovar o Plano de Recuperação Judicial ou, em não sendo aprovado o referido Plano pela Assembleia Geral de Credores, quando houver o trânsito em julgado da decisão Judicial que determinar o processamento do Plano de Recuperação Judicial;

No caso do dia estipulado para pagamento for feriado ou final de semana (sábado e domingo), fica a B. D. Vest obrigada a proceder com o pagamento no primeiro dia útil subsequente.

8.4. Condição de Pagamento para Credores Parceiros – Amortização Acelerada

Considerando as condições existentes até a data de conclusão deste Plano de Recuperação Judicial, destacamos que o mesmo não está prevendo



condições especiais para os Credores parceiros, porém os Credores parceiros poderão ter condições diferenciadas para o recebimento dos seus créditos inscritos na recuperação judicial, desde que mediante termo de aditivo a este Plano de Recuperação Judicial, no qual será previsto os critérios para obtenção da condição diferenciada.

8.5. Da Realização de Leilões Reversos

Atendendo as premissas estabelecidas para os pagamentos dos créditos inscritos nesse Plano de Recuperação Judicial, objetivando a amortização acelerada, e atendido aos aspectos estabelecidos nos meios de recuperação, principalmente aqueles que visam atender as melhorias administrativas, comerciais e financeiras, gerando suficiência de caixa, a B. D. Vest estará apta a propor a antecipação do pagamento dos créditos inscritos na recuperação judicial adotando a prática do Leilão Reverso.

Quando da realização do Leilão Reverso a B. D. Vest realizará a publicação de edital, no Diário Oficial da União, aonde constará as regras fixadas para o Leilão (prazo, condição de pagamento, deságio, volume de crédito e outros).

8.7. Quadro Resumo das Condições e Prazos para Pagamento dos Credores

Os Credores da B. D. Vest serão pagos mediante os termos e condições deste Plano de Recuperação Judicial, que de forma resumida demonstramos no quadro abaixo:

TIPO DE CRÉDITO	CARÊNCIA	PERIODO DE PAGAMENTOS	TOTAL PRAZO	DESCONTO
Classe I – Trabalhistas	-	12 Meses	12 Meses	-
Classe II – Garantia Real	-	-	-	-
Classe III – Quirografários	23 Meses	157 Meses	180 Meses	60%
Classe IV – ME ou EPP	23 Meses	157 Meses	180 Meses	60%

Observando que os períodos de carência e para pagamento, quadro resumo acima, passam a contar no mês, inclusive, em que houver o trânsito em julgado que homologar a decisão, da Assembleia Geral de Credores, de aprovar o Plano de Recuperação Judicial ou, em não sendo aprovado o referido Plano pela Assembleia Geral de Credores, quando houver o trânsito em julgado da decisão Judicial que determinar o processamento do Plano de Recuperação Judicial;



PARTE IV – APÓS HOMOLOGAÇÃO

9. DOS EFEITOS DO PLANO

9.1. Vinculação do Plano

As disposições contidas no Plano de Recuperação Judicial vinculam a B. D. Vest e todos os seus Credores, e os seus respectivos cessionários ou sucessores, a partir da aprovação deste Plano na Assembleia Geral de Credores ou na sua homologação judicial.

9.2. Processos Judiciais – Novação dos Créditos Inscritos na Recuperação Judicial

Os Credores da B. D. Vest não mais poderão, a partir da Aprovação do Plano na Assembleia Geral de Credores ou na sua aprovação por meio de determinação (decisão) judicial, o que segue:

- a) Ajuizar ou prosseguir qualquer ação ou processo judicial de qualquer tipo relacionado a qualquer crédito contra a B. D. Vest, seus sócios e terceiros garantidores;
- b) Executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral, contra a B. D. Vest, seus sócios e terceiros garantidores, as quais deverão ser pagas nas mesmas condições dos demais créditos constantes nesse Plano, de acordo com a classe em que se enquadrar o crédito, porém dividido o saldo nas parcelas remanescentes;
- c) As ações, inclusive trabalhistas, a serem propostas ou que estejam em fase de conhecimento, cujo fato gerador seja anterior ao protocolo da Recuperação Judicial da B. D. Vest, terão suas sentenças, acordos e valores pagos na mesma modalidade, forma e condições estabelecida neste plano, porém o saldo devedor deverá ser dividido no saldo remanescente da parcela.



- d) Penhorar quaisquer bens ou direitos da B. D. Vest, de seus sócios e de terceiros garantidores para satisfazer seus créditos;
- e) Criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e/ou direitos da B. D. Vest, de seus sócios e terceiros garantidores, para assegurar o pagamento de seus créditos;
- f) Reclamar quaisquer direitos de compensação contra quaisquer créditos devido à B. D. Vest com seus créditos inscritos na recuperação judicial;
- g) Abster-se de efetuar protestos junto aos cartórios ou apontamentos junto aos órgãos de proteção ao crédito, tanto do devedor principal, seus sócios e garantidores.
- h) Também deverá nos casos em que possuir títulos de terceiros em garantia (cheques e duplicatas), abster-se de efetuar protestos junto aos cartórios ou apontamentos junto aos órgãos de proteção ao crédito, destes terceiros.
- i) Também deverá abster-se de efetuar protestos junto aos cartórios ou apontamentos junto aos órgãos de proteção ao crédito dos títulos (Cheques, duplicatas e Promissórias, Confissões de Dívidas e outras formas existentes) emitidos pela própria B. D. Vest.
- j) Retirar do protesto junto aos cartórios, e os apontamentos existentes junto aos órgãos de proteção ao crédito, tanto do devedor principal, seus sócios e garantidores, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da Assembleia Geral de Credores que aprovar o plano de recuperação ou decisão judicial que reverter eventual Assembleia que não aprove o plano.
- k) Também deverá nos casos em que possuir títulos de terceiros em garantia (cheques e duplicatas), retirar os protestos junto aos cartórios ou retirar os apontamentos junto aos órgãos de proteção ao crédito, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da Assembleia Geral de Credores



que aprovar o plano de recuperação ou decisão judicial que reverter eventual Assembleia que não aprove o plano, destes terceiros;

- l) Também deverá retirar os protestos junto aos cartórios ou apontamentos junto aos órgãos de proteção ao crédito dos títulos (Cheques, duplicatas e Promissórias, Confissões de Dividas e outras formas existentes) emitidos pela própria B. D. Vest.
- m) Também deverá abster-se de efetuar protestos junto aos cartórios ou apontamentos junto aos órgãos de proteção ao crédito dos títulos (Cheques, duplicatas e Promissórias, Confissões de Dividas e outras formas existentes) emitidos pela própria B. D. Vest.
- n) Deverá abster-se de buscar a satisfação de seus créditos por quaisquer outros meios contra a B. D. Vest, seus sócios e terceiros garantidores.

9.3. Formalização de Documentos

A B. D. Vest deverá realizar todos os atos e firmar todos os contratos e outros documentos que, na forma e na substância, sejam necessários ou adequados para cumprir os termos do Plano de Recuperação Judicial.

10. DAS MODIFICAÇÕES DO PLANO

10.1. Modificações do Plano de Recuperação Judicial

Aditamentos, alterações ou modificações ao Plano de Recuperação Judicial poderão ser propostas pela B. D. Vest a qualquer tempo, na realização da Assembleia Geral de Credores ou após o trânsito em julgado que homologar a decisão da Assembleia Geral de Credores que aprovou o Plano de Recuperação Judicial ou, ainda, após o trânsito em julgado da decisão judicial que determinar o processamento do Plano de Recuperação, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam (i) submetidas à votação na Assembleia de Credores, (ii) aprovada pelos Credores, inclusive por Credores aderentes, (iii) aprovadas pelo Juízo dessa recuperação e (iv) aprovadas pelo próprio devedor, no caso a B. D. Vest.



10.2. Efeito Vinculativo das Modificações ao Plano

Os aditamentos, alterações ou modificações ao Plano, vincularão a B. D. Vest e seus Credores, inclusive Credores Aderentes, e seus respectivos cessionários e sucessores, a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação dessa decisão por parte do Juízo da Recuperação ou, em não sendo aprovados em Assembleia, a partir do trânsito em julgado da decisão judicial que determinar o processamento dos aditamentos, alterações ou modificações ao Plano de Recuperação.



PARTE V – OUTRAS DISPOSIÇÕES

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1. Contratos Existentes

Na hipótese de conflito entre as disposições deste Plano de Recuperação Judicial e as obrigações, sejam pecuniárias ou não, previstas nos contratos celebrados com qualquer Credor em período anterior à data do pedido de recuperação judicial, prevalecerá este Plano de Recuperação Judicial.

11.2. Efeitos Práticos da Novação

Toda e qualquer condição preestabelecida em contratos, com vínculo direto ou indireto aos créditos que se sujeitam a essa Recuperação Judicial, não mais terão validade, pois prevalecerá o "*Animus Novandi*" deste Plano de Recuperação Judicial.

11.3. Encerramento do Processo de Recuperação Judicial

O processo de recuperação judicial será encerrado a qualquer tempo, após o trânsito em julgado que homologar a decisão da Assembleia Geral de Credores que aprovou o Plano de Recuperação Judicial ou, na falta na ausência daquele, após o trânsito em julgado da decisão judicial que determinar o processamento do Plano de Recuperação Judicial, desde que: (i) esse encerramento seja aprovado pelos credores ou seja homologado pelo Juízo da Recuperação; ou todas as obrigações do Plano de Recuperação Judicial tenham sido cumpridas dentro do prazo fixada no referido plano ou, até mesmo, de forma antecipada, sendo respeitado a homologação do encerramento por parte do Juízo da recuperação.

11.4. Divisibilidade das Previsões do Plano

Na hipótese de qualquer termo ou disposição desse Plano de Recuperação Judicial ser considerada inválida ou ineficaz pelo Juízo da



recuperação, o restante dos termos e disposições do referido Plano devem permanecer válidos e eficazes.

11.5. Formas de Comunicação

Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações à B. D. Vest, requeridas ou permitidas por este Plano de Recuperação Judicial, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas somente quando enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento.

Todas as comunicações devem ser endereçadas da seguinte forma (ou de outra forma indicada previamente para o Administrador Judicial e/ou aos Credores):

B. D. VEST CONFECÇÕES - EIRELI.

Rodovia PR-323, s/nº, Km 223, Sala 50/51/52, Shopping Dallas, CEP 87.211-400, Município de Cianorte, Estado do Paraná.

A/C de **CARLOS RABAY ZELAUQUET – SÓCIO ADMINISTRADOR**

Ou então pelo endereço eletrônico: financeiro@grupoosmoze.com.br

12. DA CESSÃO

12.1. Cessão de Créditos e Assunção de Dívida

Poderão os Credores ceder seus Créditos a outros Credores ou a terceiros, produzindo seus efeitos desde que: (i) a B. D. Vest, o Administrador Judicial e o Juízo da Recuperação sejam informados e (ii) os Cessionários sejam devidamente informados das condições dispostas no Plano de Recuperação Judicial, sendo que para confirmar essa informação se faz necessário que seja confirmado que os Cessionários receberam cópia do Plano de Recuperação Judicial.



Também fica a B. D. Vest autorizada a ceder quaisquer obrigações oriundas deste Plano de Recuperação Judicial a terceiros, de acordo com o art. 299 da Lei 10.406/2002 (Código Civil), o que inclui os créditos pertencentes aos Credores inscritos na recuperação judicial, desde que: (i) O Credor detentor do crédito autorize a concessão, (ii) o Administrador Judicial e o Juízo da Recuperação sejam informados e (iii) os Cessionários sejam devidamente informados das condições dispostas no Plano de Recuperação Judicial, sendo que para confirmar essa informação se faz necessário que seja formalizado junto ao Cessionários que o mesmo recebeu a cópia do Plano de Recuperação Judicial

Quanto aos créditos de trabalhistas estes poderão ser cedidos com a ressalva de que passaram a integrar o grupo dos Credores Quirografários, conforme dispõe o § 4º do artigo 83 da Lei nº 11.101/2005.

13. DA LEI E FORO

13.1. Lei Aplicável

Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano de Recuperação Judicial deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil, ainda que os Créditos originais sejam regidos pelas leis de outra jurisdição e sem que quaisquer regras ou princípios de direito internacional sejam aplicadas.

13.2. Eleição de Foro

Este Plano é firmado pelos representantes legais devidamente constituídos da B. D. Vest, e é acompanhado de laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos, subscritos por empresas especializadas, na forma da Lei de Recuperação Judicial.

Toda e qualquer divergência ou disputa que seja relacionada com este Plano de Recuperação Judicial deverão ser resolvidas pelo Juízo da Recuperação (2ª Vara Cível da Comarca de Cianorte, Estado do Paraná).



Este Plano de Recuperação Judicial é firmado pelo representante legal devidamente constituído da B. D. Vest, e é acompanhado de: (i) Demonstrativo de Resultado e de Fluxo de Caixa projetados para 15 (quinze) anos, em que a empresa (B. D. Vest) se compromete mediante este Plano de Recuperação Judicial quitar suas dívidas perante os Credores, considerando nesse tempo 23 (vinte e três) meses de carência; (ii) Avaliação dos principais bens que compõem o ativo fixo da B. D. Vest; e (iii) Laudo econômico-financeiro. Esse último subscrito por empresas especializada, na forma da Lei de Recuperação Judicial.

Cianorte - PR, 17 de Fevereiro de 2017.


CARLOS RABAY ZELAQUETT
SÓCIO-ADMINISTRADOR



14. ANEXOS

Os anexos a seguir identificam as informações essenciais para a propositura do presente Plano de Recuperação Judicial:

- Anexo I – Demonstrativo de Resultado Projetado;
- Anexo II – Fluxo de Caixa Projetado;
- Anexo III – Laudo Econômico-Financeiro;
- Anexo IV – Laudo de Avaliação de Bens do Ativo; e
- Anexo V – Lista de Credores do Plano de Recuperação Judicial.

